

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO, <i>António Pinto Monteiro</i>	5
---	---

NOVAS TECNOLOGIAS, REGULAÇÃO
E PROTEÇÃO DOS CONSUMIDORES: REFLEXÕES SOBRE O CASO DA UBER NO
BRASIL E EM PORTUGAL

Bernardo Franke Dahinten | Augusto Franke Dahinten

Introdução	12
1. O Direito do Consumidor nos Sistemas Jurídicos	13
1.1. A Proteção do Consumidor no Ordenamento Brasileiro	13
1.2. A Proteção do Consumidor no Ordenamento Português.....	15
2. A Regulação das Novas Tecnologias	17
2.1. A Quarta Revolução Industrial.....	17
2.2. Os Serviços de Transporte Particular por Aplicativo: o caso da Uber	20
3. A Regulação da Uber nos Tribunais	24
3.1. O Julgamento da ADPF 449 pelo Supremo Tribunal Federal	24
3.2. O Julgamento do C-434/15 pelo Tribunal de Justiça da União Europeia	29
Considerações Finais	33
Referências Bibliográficas	36

FORMAÇÃO DO CONTRATO NO REGIME DOS CONTRATOS DE CRÉDITO RELATIVOS A IMÓVEIS (DECRETO-LEI N.º 74-A/2017, DE 23 DE JUNHO)

Gabriela Mesquita Sousa

1. Introdução	41
1.1 Ordenamento interno	46
2. Dever de avaliar a solvabilidade do consumidor	54
2.1 Avaliação negativa e (in)validade do contrato.....	69
2.1.2 <i>Wenn sich nicht aus dem Gesetz ein anderes ergibt</i> - <i>salvo che la legge disponga diversamente</i>	84
2.2 Adequação do regime	88
2.2.1 Sanção e repercussão na obrigação constituída	92
3. Dever de informação e dever de assistência	102
3.1 Dever de assistência	107
3.1.2 Regulamentação pelo Banco de Portugal	113
3.2 TAEG: harmonização máxima e omissão	114
4. Período de reflexão nos contratos de crédito a habitação	122
4.1 Antecedência necessária.....	133
4.2 Modelo adoptado	138
4.3 Declaração de aceitação	141
4.4 Inobservância do período mínimo de reflexão.....	144
5. Conclusão	146

PLATAFORMAS DE COMPARTILHAMENTO: OS FORNECEDORES DA *SHARING ECONOMY* NUMA VISÃO BRASILEIRA

Guilherme Mucelin

Introdução	151
1. Atributos das plataformas do consumo compartilhado.....	153
2. Funções das plataformas na estrutura triangular de consumo compartilhado.....	159
3. Alguns posicionamentos dos Tribunais Estaduais brasileiros	165
Considerações finais.....	178
Referências bibliográficas.....	180

A COVID-19 E O SEU IMPACTO NOS CONTRATOS

Irene Rebelo

I. Introdução	186
II. Regulação Contratual	188

III. Regulação Legal	190
A. A alteração Anormal das Circunstâncias	190
B. A Impossibilidade da Prestação	198
C. A mora do Credor	204
IV. O dever de renegociar o Contrato	207
V. Considerações avulsas sobre a repartição do risco na pandemia	209
VI. Conclusão	231
VII. Lista bibliográfica	233

**BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO PRÁTICA
DO DECRETO-LEI N.º 227/2012 DE 25 DE OUTUBRO**
Joana Lourenço e Castro

I. Introdução	235
II. Atualidade e Importância	235
III. Âmbito de Aplicação	237
1. Âmbito de aplicação objetivo	238
2. Âmbito de aplicação subjetivo	239
IV. Princípios Gerais	240
V. Gestão do Risco de Incumprimento	241
VI. Regularização das Situações de Incumprimento	241
1. O Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento	242
1.1. A falta de Integração do Cliente Bancário no PERSI, uma exceção dilatória de conhecimento oficioso	243
1.2. A exigência de comunicação em suporte duradouro	245
1.3. O PERSI enquanto garantia para o cliente bancário, o art. 18.º como um bloqueio ao acesso à via judicial	248
1.4. O caso dos Fiadores e Avalistas - artigo 21.º	250
1.4.1. A problemática dos Avalistas	251
1.5. Problema da aplicação da lei no tempo / problemática das situações de incumprimento que vigorava no momento da entrada da lei em vigor	256
1.6. Breve análise do Acórdão n.º 194/13.5TBCMN-A.G1.S1	259
VII. Conclusão	262
Bibliografia	264

MEDICALIZAÇÃO DO CONSUMO E PUBLICIDADE ABUSIVA
A PROTEÇÃO DIFUSA DOS IDOSOS

Luiz Fernando Afonso

Sumário	267
Introdução	268
1. Sociedade de consumo ou de hiperconsumo. O consumo na pós-modernidade.....	269
2. Os fundamentos da defesa do consumidor e para a proteção do idoso.....	277
3. Os idosos como consumidores hipervulneráveis e como um novo mercado consumidor.....	282
4. A medicalização do consumo e a publicidade abusiva de medicamentos.....	286
5. Os idosos submetidos à publicidade de medicamentos caracterizados como hipocondríacos crônicos. A velhice tratada como doença e a promessa da “vida quase eterna”.....	294
Conclusão	303
Referências	305

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TAMANHO DA LETRA: A PROPÓSITO DA RECENTE ALTERAÇÃO AO DL N.º446/85, DE 25 DE OUTUBRO

Mafalda Miranda Barbosa

1. Introdução	307
2. O DL n.º 446/85, de 25 de outubro	309
3. O dever de comunicação das cláusulas	314
3.1. Os requisitos da comunicação	314
3.2. A sanção para a não comunicação das cláusulas	323
3.3. A recente alteração ao DL n.º446/85	328
4. O sistema administrativo de controlo de cláusulas abusivas	330

ARBITRAGEM DE CONFLITOS DE CONSUMO: QUESTÕES PRÁTICAS

Maria José Capelo | Ana Francisca Dias

Nota introdutória	331
I. A arbitragem de conflitos de consumo e a «Rede de Arbitragem de Consumo» (brevíssima referência).....	333
II. A aplicação subsidiária do Código de Processo Civil à arbitragem de conflitos do consumo	335

III. Gestão processual e definição do objeto da causa (breve referência aos factos supervenientes)	339
IV. Efeitos da sentença arbitral para o profissional	348
A. A questão da (in)admissibilidade da reconvenção nas ações de simples apreciação negativa	349
Síntese conclusiva	355

**ARBITRAGEM DE CONFLITOS DE CONSUMO: NOVAS QUESTÕES
PRÁTICAS**

Maria José Capelo | Ana Francisca Dias

Apresentação	363
I. Fundamentação das decisões arbitrais	364
I.1. A fundamentação como elemento essencial das decisões arbitrais	364
I.2. A intensidade do dever de fundamentação das decisões arbitrais: o critério da inteligibilidade como critério padrão e os seus efeitos ao nível da admissibilidade da anulação das decisões arbitrais	366
II. Publicidade ou confidencialidade das decisões arbitrais	370
Síntese conclusiva	375

**OS DIREITOS DOS PASSAGEIROS DE TRANSPORTE AÉREO ANTES E DURANTE
A PANDEMIA DA COVID-19: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E
PORTUGAL**

Maria Luiza Baillo Targa

Introdução	383
I. A regulamentação dos direitos dos passageiros antes da pandemia	386
A) No Brasil	386
B) Em Portugal	393
II. A regulamentação dos direitos dos passageiros durante a pandemia	400
A) No Brasil	401
B) Em Portugal	408
Considerações finais	413
Referências bibliográficas	417

OS DEVERES DE INFORMAÇÃO PERANTE INVESTIDORES NÃO PROFISSIONAIS: REFLEXÃO À LUZ DA EQUIPARAÇÃO LEGAL A CONSUMIDORES

Marisa Silva Monteiro

1. A Intermediação Financeira – Breve Enquadramento	428
2. Intermediários Financeiros – Deveres Gerais de Conduta	432
2.1. Os Deveres de Informação no Código dos Valores Mobiliários.....	439
2.1.1. Os Contratos de Intermediação Financeira e as Cláusulas Contratuais Gerais.....	443
2.1.2. Os Contratos de Intermediação Financeira como Contratos de Adesão.....	445
2.1.3. O Conteúdo dos Deveres de Informação perante o Investidor Não Profissional à Luz do Código dos Valores Mobiliários.....	447
3. Os Deveres de Informação no Âmbito do Regime das Cláusulas Contratuais Gerais (Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de Outubro).....	452
4. Breve Referência ao Regime dos Contratos à Distância relativos a Serviços Financeiros (Decreto-Lei n.º 95/2006, de 29 de Maio)	460
5. Os Deveres de Informação no Código dos Valores Mobiliários e no Regime das Cláusulas Contratuais Gerais: Análise Comparativa	466
6. Reflexões Finais	472

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS DE CONSUMO: LEI APLICÁVEL, JURISDIÇÃO INTERNACIONAL E RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE LITÍGIOS NA UNIÃO EUROPEIA E NO BRASIL

Nicole Rinaldi de Barcellos

Introdução	480
1. Comércio eletrônico transfronteiriço e proteção do consumidor pelo direito internacional privado: tutela do vulnerável a partir de uma renovação metodológica.....	482
1.1. Proteção dos consumidores em um mundo globalizado e comércio eletrônico: por uma relação de consumo justa e equilibrada	483
1.2. Contratos no comércio eletrônico transfronteiriço como um desafio ao método do direito internacional privado: reflexos na determinação da lei aplicável.....	488

2. Tutela processual do consumidor no comércio eletrônico transfronteiriço: entre jurisdição internacional e resolução alternativa de litígios de consumo	497
2.1. Jurisdição internacional protetora e acesso do consumidor à justiça: domicílio do autor como foro especial nas relações de consumo	497
2.2. Resolução alternativa de litígios nos contratos de consumo transnacionais: novos meios de garantia dos direitos dos consumidores no comércio eletrônico.....	502
Considerações finais.....	509

VENDA DE BENS DE CONSUMO
 APONTAMENTO SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DA DIRETIVA (UE) 2019/771 E O
 DIREITO PORTUGUÊS
 Paulo Mota Pinto

1. Introdução	511
2. Harmonização fixa e prazo de transposição	515
3. Âmbito de aplicação	517
4. Conformidade com o contrato	523
5. Direitos do comprador	533
6. Prazos de garantia, de denúncia e de exercício dos direitos	548
7. Responsabilidade do produtor e direito de regresso	551
8. Garantias comerciais	554
9. Conclusão	557

A RENÚNCIA TÁCITA DO CREDOR À INDIVISIBILIDADE DA HIPOTECA
 THE CREDITOR'S TACIT WAIVER OF THE INDIVISIBILITY OF THE MORTGAGE
 Rui Estrela de Oliveira

I. Introdução	565
II. A hipoteca, a acessoriedade e a indivisibilidade	567
III. A renúncia	608
IV. A declaração tácita e o comportamento concludente.....	615
V. A renúncia tácita do credor hipotecário à indivisibilidade da hipoteca	630
VI. Conclusão	641
Bibliografia	643
Jurisprudência	646

PUBLICIDADE E CONSUMO: PAPEL DAS CELEBRIDADES E INFLUENCIADO-
RES DIGITAIS NO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR ALÉM-FRONTEIRAS
E NO BRASIL

Tatiana Bruhn Parmeggiani Gomes

1. Introdução	649
2. Do cenário atual frente à pandemia	650
2. A. Das compras online e a guinada comportamental dos consumidores brasileiros em tempos de covid-19	651
2. B. Do crescimento acima do esperado no setor da beleza e cosméticos	654
3. Da publicidade além-fronteiras na era digital	655
3. A. Do papel das celebridades e influenciadores digitais no comportamento do consumidor	657
3. B. Dos conglomerados, das marcas descontinuadas e da opção por produtos com signos de celebridades no mercado da beleza	660
4. Considerações finais	664

A FIGURA DO MEDIADOR DE CRÉDITO:
EXPERIÊNCIA DA LEGISLAÇÃO PORTUGUESA E PERSPECTIVAS BRASILEIRAS
AO (SOBRE)ENDIVIDAMENTO

Vitor Hugo do Amaral Ferreira

Introdução	670
1. O consumo (<i>mismo</i>) e os mal-estares da (<i>hiper</i>) contemporaneidade	671
2. Felicidade financiada: a sociedade do consumo diante do crédito	677
3. As (des)esperanças do consumo e o superendividamento	680
Conclusão	693
Referências	696